



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signature]

(S: 28.02.2019)

**ATA Nº 2/2019 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE CHAMUSCA, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, NO SALÃO
NOBRE DO EDIFÍCIO PAÇOS DO CONCELHO**

PRESENCAS

Assembleia Municipal

Bancada do PS:

Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim José Duarte Garrido,

Primeiro Secretário, Maria Inês Fernandes Ribeiro;

Segundo Secretário, Pedro Miguel Martins Braz;

Pedro Alexandre Carvalho Oliveira Pinhal;

Nuno Jorge Lino Mira;

Celina Raquel Bacalhau de Moura;

Carla Virgínia Cipriano dos Santos;

Tiago Miguel de Vasconcelos Fontes Barbosa;

Joel Nunes Marques (Presidente da Junta de Freguesia da Carregueira) substituído por

Rui Jorge Martins Gonçalves;

*Bruno Miguel Marques de Oliveira (Presidente da união de Freguesias da Parreira e
Chouto);*

Mário João Amaro Ferreira;

José Lourenço Vieira Trindade;

Bancada da CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV, doravante “CDU”:

José Joaquim de Jesus Braz;

Maria Manuela Luz Marques;

Rui Miguel Oliveira da Cruz;

Ana Cristina Frazão Costa;

***Bancada da “Coligação Chamusca é o Meu Partido” – PPD/PSD – CDS-PP, doravante
“Coligação Chamusca é o Meu Partido”:***

Manuel Tiago Neto Pestana Prestes substituído por Cândida Sofia Rodrigues Lino;

Silvina Maria Frias Fernandes;

Nuno Miguel Fernandes de Jesus;

Rui Miguel Azevedo Martinho;

Câmara Municipal:

Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado

Vereadores: Cláudia Patrícia Alves Moreira;

Gisela Maria Azevedo Trincão Matias;

Rui Filipe Rodrigues Ferreira;

Rui Miguel Garrido Conde Andrade Rufino.

SECRETARIOU:

A Primeira Secretária da Assembleia Municipal Maria Inês Fernandes Ribeiro.

A Ordem de Trabalhos da Sessão da Assembleia Municipal, antecipadamente remetida a todos os Eleitos, nos termos da alínea c) do artigo 29º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Documentos / Informação/ Conhecimento

1 – Votação de Atas;

2 – Relatório de Atividades do Executivo Municipal;



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 28.02.2019)

3 – Contabilidade:

- a) Declaração de pagamentos em atraso em 31/12/2018;*
- b) Declaração e recebimentos em atraso em 31/12/2018;*
- c) Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2018. Ordem do Dia:*

DOCUMENTOS / APROVAÇÃO

- 4 – Proposta de Revisão Orçamental – Apreciação e votação;*
- 5 – Minuta de Contrato Interadministrativo para Delegação de Competências do Município da Chamusca para a União das Freguesias de Parreira e Chouto – Construção de Passeios – Apreciação e votação;*
- 6 – Adenda ao Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Chamusca e Freguesia da Carregueira – “Universidade Sénior” – Apreciação e votação;*
- 7 – Adenda ao Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Chamusca e União das Freguesias de Chamusca e Pinheiro Grande;*
- 8 – Regulamento do Conselho Municipal de Segurança – Apreciação e votação.*

VOTAÇÃO DE ATA

O Senhor Presidente colocou a ata n.º 5/2018 à votação tendo sido Aprovada por maioria com uma abstenção de um eleito que não esteve presente na sessão a que esta corresponde.

ABERTURA:

Nos termos do disposto na alínea c) do 29.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão, às vinte e uma horas e trinta e cinco minutos, e cumprimentando todos os presentes, dando, de imediato, início ao período de antes da ordem do dia.

ANTES DA ORDEM DO DIA

J
D

Pedindo para intervir o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra, pela ordem de inscrição, às bancadas do Partido Socialista, da Coligação “Chamusca é o Meu Partido” e da CDU:

Assim pelo Partido Socialista, Nuno Jorge Lino Mira, cumprimentando todos os presentes, apresentou o seguinte Voto de Pesar:

“A Chamusquense Ana Silva conhecida de todos nós, assim como era o seu trabalho, foi assassinada tornando-se numa das onze mulheres assassinadas às mãos de namorados, maridos, ex-companheiros e familiares desde o início do ano de dois mil e dezanove. Este fenómeno social deve revoltar-nos mas mais do que isso deve envergonhar a sociedade em que vivemos, a violência doméstica seja sobre mulheres seja sobre homens não pode ser tolerada, pelo contrário deve ser veemente repudiada. Os resquícios de uma sociedade machista, onde o homem tinha o controlo sobre a mulher, fazem com que este fenómeno incida particularmente sobre o sexo feminino.

É necessário agir, prevenir e educar para que este flagelo não continue a manchar o País de homens e mulheres livres que somos.”

Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia propôs um minuto de silêncio que, com a anuência de todos, foi realizado.

Concedida a intervenção à Bancada da Coligação “Chamusca é o Meu Partido” Silvina Maria Frias Fernandes saudou os presentes e expôs o documento que se transcreve:

“Moção

Acessos ao ECO-PARQUE do Relvão

Como é sabido, no Concelho da Chamusca, na freguesia da Carregueira, está inserido o ECO-PARQUE do Relvão. Aquando da criação dessa unidade, foram acordadas



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 28.02.2019)

contrapartidas para o nosso território. Nessas contrapartidas constava a conclusão do troço do IC3, que permitiria ligar a A23 à A13 de Vila Nova da Barquinha a Almeirim, com uma nova travessia sobre o rio Tejo, retirando o excesso de trânsito das estradas municipais e o trânsito que circula dentro das várias localidades. São centenas e centenas de camiões a transportar resíduos de toda a ordem, incluindo resíduos perigosos, a passar dentro das nossas localidades. Na mesma estrada onde circulam camiões com alimentos provenientes da agricultura passam camiões carregados de seringas. Escusado será dizer que atingimos o limite máximo de tolerância da população do concelho.

Importa refletir sobre o ponto de situação:

- A qualidade de vida das nossas gentes está seriamente afetada pelas condições de acesso. Desde o excesso de tráfego, ao tráfego de camiões carregados com resíduos perigosos que circulam dentro das localidades e que, em caso de acidente, estaremos perante uma tragédia com proporções impossíveis de qualificar.*
- O governo ignora as legítimas pretensões do concelho da Chamusca, ainda mais quando foi a Chamusca que esteve disponível para resolver um problema nacional.*
- O estudo de impacto ambiental está caducado e a reserva de área de não construção está prestes a caducar, impedindo para sempre que esse acesso seja feito.*
- A inexistência de bons acessos limita a capacidade das empresas e de crescimento do Eco Parque, tornando-o a longo prazo num projeto sem relevância.*
- O governo apresentou um conjunto de investimentos em infraestruturas ignorando a Chamusca e a necessidade urgente do acesso ao Eco parque, centrando-se noutras zonas com menos necessidade, como é o caso de Abrantes.*

- A Ponte da Chamusca não aguenta nem tem capacidade para o trânsito que todos os dias a atravessa, muitas vezes provocando grande impacto na vida dos cidadãos. Dois camiões não se conseguem cruzar na ponte. Será que aguardamos uma tragédia nesta ponte?-----

- O governo desrespeita os autarcas da Chamusca e a população que sofre com estes condicionamentos. Somos completamente ignorados pela tutela, que se limita a assobiar para o lado sempre que é referida a necessidade deste acesso.

Assim, por todas as razões apresentadas é necessário e urgente tomar medidas drásticas para que, de uma vez por todas, nos respeitem. Exigimos que façam os acessos ao Eco Parque do Relvão para que as nossas populações não sofram mais e possam viver com qualidade, com dignidade e não esperando um tragédia a qualquer momento.

Como tal, cortar as vias de acesso ao Eco Parque impedindo a circulação dos camiões será a única forma de colocarem o nosso problema na agenda. Quando o país sentir que não consegue resolver a questões de resíduos sem nós dar-nos-ão a devida importância. Além do corte dos acessos ao Eco Parque, deve o município tomar a iniciativa de organizar protestos no Eco Parque, na Assembleia da Republica, no Ministério da Infraestruturas e Habitação, Ministério do Ambiente e Transição Energética, Residência do Sr. Primeiro-Ministro e de Sua Excelência o Presidente da República.

É tempo de dizer BASTA!”

Pela CDU, José Joaquim de Jesus Braz, saudando os presentes afirmou estarem completamente de acordo com o exposto na moção, com exceção da parte final que transmite pouca maturidade uma vez que não foram feitas ainda todas as diligências, nem pressões junto do Governo Central e das instituições regionais. Consideram que estas



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 28.02.2019)

ações seriam demasiado radicais e prejudicariam apenas as empresas tão essenciais no Concelho. Mostrou disponibilidade em fazer as devidas alterações ao documento se a bancada que o apresentou concordar.

Pelo PS, Nuno Jorge Lino Mira, afirmou, em nome da Bancada, estarem de acordo com a visão da CDU sobre o assunto, concordam declaradamente com a necessidade das novas infraestruturas, porém atentam que não resolveriam o problema com as medidas aludidas, provavelmente, de tão radicais que são, prejudicariam em muito as empresas do Concelho. Tal como o seu homólogo da CDU transmitiu abertura para alteração ao documento, acrescentando que só assim o votarão favoravelmente.

Afirmando o propósito manter a moção na íntegra Silvina Maria Frias Fernandes, Coligação Chamusca é o Meu Partido, mencionou que “quando dói e quando dói a uma população” algo tem que ser feito. Não compreendendo a atitude pacífica existente perante algo tão grave e de premente solvência ressaltou não se tratar de uma contenda partidária mas sim de todos e para o Concelho.

Então pedindo ao Senhor Presidente da Câmara para descrever as diligências até agora tomadas, crê que provavelmente só com medidas drásticas o Governo e o País sentirão o quão urgente e grave é a questão, embora tenha consciência dos postos de trabalho que estão em causa apontou de que só doendo é que “efetivamente levaremos o barco a bom porto”.

José Joaquim Jesus Braz, CDU, pensa que atualmente e com eleições tão próximas terão ter cuidado com a postura enquanto cidadãos ponderados e interventores, como políticos têm que demonstrar sensatez, maturidade e responsabilidade, a demagogia e o populismo são muito fáceis porém e com o descrédito dado aos políticos há que preservar o exemplo

transmitido ao longo dos anos no debate sério destas questões, nas exigências relativas ao licenciamento das empresas, no controlo e monitorização efetuado à qualidade de trabalho realizado. Reconhece que não foram efetivadas todas as diligências e embora concordando com a moção atenta que devem ser tomadas medidas responsáveis, feita pressão com seriedade, honestidade, autoridade moral de modo a que os responsáveis políticos tomem as decisões convenientes e corretas.

*Nada mais surgindo o Senhor Presidente da Assembleia colocou a moção à votação a qual foi **Aprovada** por maioria, com dois votos a favor da Coligação Chamusca é o Meu Partido e a abstenção dos restantes Eleitos.*

Prosseguindo pela bancada da CDU, Maria Manuela Luz Marques, sobre saneamento básico perguntou se o compromisso existente com as Águas do Ribatejo se mantém ou se foi alterado e o porquê da tanta demora.

Interrogou, ainda, ser verdade que a polícia judiciária esteve na Câmara e na RESITEJO e qual o assunto que os trouxe.

Por fim perguntou qual o propósito do protocolo assinado entre o Município e a ACEGE. O Senhor Presidente da Câmara saudando os presentes, explicou que acerca do saneamento básico tudo se mantém e será cumprido de acordo com o previsto no plano plurianual de investimento surgiam alguns atrasos porque muitos utilizadores ainda não fizeram as ligações ao saneamento básico.

Assentiu que a Polícia Judiciária esteve no Município e na RESITEJO, tendo pedido diversos documentos nomeadamente contratos, requisições e prestação de serviços, levando o que entenderam.

Sobre a ACEGE disse não ter havido assinatura de qualquer protocolo, mas sim um



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 28.02.2019)

reconhecimento da Associação ao Município feito com a entrega de diploma “Compromisso Pagamento Pontual”, sendo que foi contemplada, também, uma União de Freguesias do Concelho e algumas empresas receberam o diploma como incentivo à adesão ao pagamento pontual. Referiu, ainda, que o Município foi convidado a fazer parte de uma apresentação aos empresários da necessidade do pagamento a tempo e horas por questões sociais e das próprias empresas, assim o Município deu seguimento a uma pequena sessão de esclarecimento por parte da Associação do quanto importante é para as empresas e os municípios o ter as suas contas e recebimentos/pagamentos a tempo e horas.

Silvina Maria Frias Fernandes, Coligação Chamusca é o Meu Partido, questionou se a escritura da RSTJ prevista para o dia vinte cinco do corrente mês já tinha sido efetuada tendo em conta os documentos aprovados, sobre a formação desta nova empresa gostariam de saber se os novos Órgãos já foram eleitos e qual a sua composição, de contrário quando será a escritura.

Perguntou, também, se é verdade que na última Assembleia da RESITEJO o Presidente da Câmara Municipal do Entroncamento se dirigiu ao seu homólogo da Chamusca afirmando que não lhe reconhecia competência nem capacidade de liderança para assumir os desígnios da nova empresa. A ser verdade lamentam a situação e consideram uma falta de respeito pela população da Chamusca.

Continuou referindo a exigência de um cabal esclarecimento sobre o Edifício da Colónia balnear da Nazaré.

Perante o exposto o Senhor Presidente da Câmara explicou que, sobre a RSTJ, a escritura foi adiada por duas a três semanas de modo a ser esclarecido se há lugar ou não ao

pagamento do imposto de selo sobre a transmissão de ativos da RESITEJO para RSTJ, dado a divergência de opiniões entre a notária e o revisor oficial de contas.

Quanto ao mencionado pelo Senhor Presidente da Câmara do Entroncamento disse não ter sido em Assembleia Geral mas sim em reunião de acionistas da RSTJ, e nada definindo a presidência imperiosa do Município da Chamusca, ficou decidida a sua rotatividade pelas Câmaras Municipais, ficando, por ora, o Município do Entroncamento nos desígnios e os da Chamusca e Alcanena no conselho de administração.

Sobre a Colónia Balnear elucidou, que as notícias têm chegado destorcidas, e que em conversa o Senhor Presidente da Câmara da Nazaré demonstrou a necessidade de intervenções no Edifício por parte da Associação de Municípios do Vale do Tejo, manifestando, tendo em conta a dimensão do espaço, interesse no desenvolvimento de outros projetos, nomeadamente a construção de um hotel, de um parque de estacionamento subterrâneo e de um anfiteatro. Assim os Municípios acordaram em fazer um estudo de viabilidade económico-financeiro tendo em conta o avultado investimento, sendo que a Chamusca sugeriu apenas o avanço do projeto da colónia balnear.

A quando da apresentação do estudo foi deliberado, por unanimidade, prosseguir, somente, com o plano de requalificação da colónia balnear. Projeto que foi apresentado, juntamente com o de exploração, em janeiro no seminário interno da Lezíria do Tejo e com o qual o Presidente da Câmara Municipal da Nazaré concordou, disponibilizando-se, inclusivamente, para participar.

Terminou clarificando que se eventualmente houvesse posse administrativa a Câmara Municipal da Nazaré procederia à requalificação do edifício e entregá-lo-ia de novo à



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 28.02.2019)

Associação de Municípios do Vale do Tejo que, por sua vez, teria que pagar as obras, não existindo nunca a hipótese do município se apropriar do imóvel.

Pela Bancada da Coligação Chamusca é o Meu Partido, Silvina Maria Frias Fernandes, andando um pouco atrás, solicitou que a Moção apresentada pela sua bancada conste em ata ao que o Senhor Presidente da Mesa anuiu referindo ser o habitual.

Usando da palavra Rui Miguel Azevedo Martinho, Presidente da União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande, Coligação Chamusca é o Meu Partido, saudou todos os presentes e referiu que as novas informações dadas pelo Senhor Presidente da Câmara são boas e novas contudo lamenta que “as boas não sejam novas e as novas não sejam boas”

Esclareceu, muito embora o Senhor Presidente da Câmara não o tivesse feito, que relativamente ao Pagamento Pontual a União de Freguesias da Chamusca foi reconhecida como uma Autarquia modelo.

Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal recordou que na última Sessão, deste Órgão, colocou uma série de questões para as quais não obteve qualquer resposta por escrito contrariamente ao referido pelo Senhor Presidente da Câmara. Lamentou a falta de esclarecimento, na altura, dado que alguns dos temas vinham de Fregueses que representa, o que atenta ser uma falta de consideração para com os Municípios e que se reflete, também, na ausência de respostas por parte da Assembleia de Freguesia.

Indicou ter recebido, na última segunda-feira, um mail reencaminhando a solicitada resposta, justificando a não resposta na Sessão com base os artigos 21º e 27º do Regimento

da Assembleia Municipal, situação que só entende pela necessidade de explicação antes da realização desta Sessão e por nos últimos tempos a preocupação do Senhor Presidente da Câmara recair mais sobre o que se passa noutras “latitudes”, nomeadamente na Nazaré, Entroncamento, Alcanena. Sem mais comentários sublinhou que o artigo 21º se refere ao período de intervenção do público e o 27º às regras do uso da palavra, no mesmo período.

Passando às elucidações recebidas referiu que para primeira pergunta nem por escrito, passados quase três meses, foi conseguida resposta completa ao colocado dado que dos dois valores solicitados apenas um foi indicado.

Para a segunda questão é transcrito, quase na íntegra, o protocolo assinado com a RESITEJO, lamenta, no entanto, que não tenha sido reproduzido o Acordo de Execução tido com a União de Freguesias da Chamusca pois se tal acontecesse transpareceria que, neste último, por sessenta e nove mil trezentos e cinquenta euros e sessenta cêntimos, as competências eram superiores às firmadas com a RESITEJO cujo valor é de cento e sessenta e dois mil euros. Acrescentou que o Município, ainda, recorreu a uma empresa para efetuar o trabalho antes executado pela União de Freguesias, despendendo cerca de três oitocentos e quarenta e quatro mil euros e trinta e sete cêntimos que evidentemente serão somados ao valor pago à RESITEJO.

Quanto ao sim ou não requerido na terceira pergunta considera que o Senhor Presidente da Câmara habilmente afirmou que o Município não utiliza qualquer produto fitofarmacêutico na via pública, que essa aplicação é da responsabilidade da entidade que detém a limpeza urbana, deste modo reformulou a auscultação inquirindo ser



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signature]

(S: 28.02.2019)

entendimento do Município continuar a permitir a utilização de produtos fitofarmacêuticos na via pública.

Relativamente à quarta pergunta somente foi respondida uma parte onde assume que o Município pagou trinta e três mil oitocentos e vinte sete euros e vinte cêntimos pela fiscalização decorrente de duas prorrogações na obra do Centro Escolar. Porém a informação não esclarece se inclui ou não o IVA, podendo o valor poder ascender aos quarenta e mil seiscentos e sete euros e quarenta e seis cêntimos. Aludiu não ter sido respondido se o prazo da segunda prorrogação foi ultrapassado, no entanto se sim qual o valor a pagar pela fiscalização, salientou, ainda, ter o Senhor Presidente da Câmara decidido não aplicar ao empreiteiro as multas constantes do contrato.

Quanto à quinta questão considera-se esclarecido.

Prosseguindo afirmou ter solicitado, na sessão de vinte e oito de setembro de dois mil e dezoito, o ponto da situação de um requerimento remetido pelo Senhor Augusto Silva no final do ano dois mil e dezassete ao Senhor Presidente da Assembleia, do qual todos os eleitos têm conhecimento, tendo sido informado que o assunto estava nos serviços técnicos, deste modo volvidos catorze meses renova a questão.

Abordando a requalificação do mercado municipal gostaria de saber se para a primeira fase teve o custo de cento e oitenta e três mil duzentos e quarenta e quatro euros e quarenta e quatro cêntimos, questionou, ainda, se o valor da fase da decoração foi de cento e dezassete mil setecentos e cinco euros e um cêntimo, o que perfaz um total de trezentos mil novecentos e quarenta e nove euros e quarenta e cinco cêntimos, perguntou, também, há quantos anos está encerrado aquele espaço.

Acerca do Centro de Saúde declarou que o Senhor Presidente da Câmara transmitiu não

ter havido nenhuma empresa de construção a candidatar-se, que os concursos ficam desertos porque os empreiteiros preferem ir para os grandes centros urbanos onde há muito mais trabalho e ganham mais, ora em seu ver esta justificação “não colhe” uma vez que se iniciam com frequência várias obras em localidades mais interiores e mais pequenas que a Chamusca. Tudo isto o leva a indagar “se não terão havido concorrentes pelo que se passou com o Centro Escolar, não querendo os empreiteiros meterem-se em apuros ou será que o projeto não é apelativo.”

Sabe-se que o projeto foi entregue a uma empresa recém-criada, de fora do Concelho, quando a Gabicrel apresenta no seu currículo inúmeros projetos nesta área. Deixou, ainda, no ar “se não estarão os empreiteiros a fugir devido à incompetência do Senhor Presidente da Câmara.”

Mudando de assunto declarou que não pode concordar com parte da moção apresentada pela eleita Silvina Maria Frias Fernandes bem como um infor-mail de janeiro, da autoria do Senhor Presidente da Câmara, dado que instigam a uma ação popular para cortar o acesso ao Eco-parque. Sugerindo que o Senhor Presidente da Câmara quer que a população faça o que ele não foi capaz ou seja pressionar, quem devia, em tempo útil.

Acrescentou que desejaria saber o número de funcionários que saíram do Município nos últimos meses e se existem funcionários ostracizados, sem nada para fazer como se estivessem de castigo.

Terminou solicitando ao Senhor Presidente da Assembleia que junto do Senhor Presidente da Câmara interceda para que a situação da Capela do Senhor de Bonfim seja tida em conta. O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que o assunto do Senhor Augusto Silva está em segredo de justiça o que inviabiliza, por ora, quaisquer pronúncias.



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 28.02.2019)

Celina Raquel Bacalhau de Moura, PS, ressaltou veemente a falta de respeito do Senhor Presidente da União de Freguesias da Chamusca para com o Senhor Presidente da Câmara da Chamusca, quando por outro lado lhe demonstra total solidariedade quanto ao comportamento desrespeitoso do seu homólogo do Entroncamento, considerando bastante grave o que se está a passar.

Pela CDU, Rui Miguel Oliveira da Cruz, saudando todos os presentes apresentou, algumas questões relacionadas com transição da RESITEJO para a RSTJ, nomeadamente se haverá alteração no modelo de gestão da nova empresa, sobretudo no que respeita à cobrança de taxas. Se está previsto alguma redução no quadro de pessoal da empresa e qual será a futura situação dos trabalhadores que estão cedidos por protocolo.

Saudando todos os presentes Bruno Miguel Marques de Oliveira, Presidente da União de Freguesias da Parreira e Chouto, PS, disse estar a assistir a algo surreal para o qual não está preparado, tudo lhe parece mais uma “novela mexicana”, acabando, inclusive, por convidar o Eleito Rui Miguel de Azevedo Martinho a assistir às sessões da Assembleia de Freguesias da Parreira e Chouto para ver cordialidade existente e a discussão, única e exclusiva, dos assuntos e problemas das Freguesias.

Prosseguindo, pela bancada do PS, o Eleito Nuno Jorge Lino Mira destacou a importância da consideração a ter para com a Assembleia Municipal e para com os eleitores, assim afirmou que as intervenções deverão ser feitas com cuidado, ponderação e sem irreverências porque todos se devem respeitar e honrar o Órgão que representam. Asseverou que a maneira como o Senhor Presidente da União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande se dirige ao Senhor Presidente da Câmara Municipal é indecorosa. Usando da palavra o Senhor Presidente da Câmara encetou questionando se os temas

abordados são uma posição da Coligação Chamusca é o Meu Partido ou se são somente questões pessoais do Eleito Rui Miguel Azevedo Martinho.

Silvina Frias Fernandes, Coligação Chamusca é o Meu Partido, voltando um pouco atrás destacou que a falta de respeito foi mútua, pois há que saber ouvir e ter liberdade de expressão, lembrou que estão todos reunidos pelo bem da Chamusca não devendo interferir em questões pessoais. Contudo revelou ser do interesse da sua bancada uma aclaração das matérias, confirmando terem sido escassos os esclarecimentos obtidos.

Persistindo o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse querer saber concretamente quais as questões da bancada e as do eleito Rui Miguel Azevedo Martinho ao que, como representante da Bancada, Silvina Maria Frias Fernandes disse não ter mais nada para responder.

Interferindo Nuno Jorge Lino Mira, PS, evidenciou que a Bancada da Coligação Chamusca é o Meu Partido reconheceu a falta de respeito do Senhor Presidente da União de Juntas de Freguesia da Chamusca e Pinheiro Grande para com o Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Lamentado o tudo o que se passou e não se sentido esclarecido o Senhor Presidente da Câmara apontou o seu desagrado perante a falta de pudor do eleito, que também é Presidente de uma União de Freguesias, e o desrespeito institucional que revela pelo Concelho da Chamusca. Comentou ser notória a confusão entre a posição partidária num órgão deliberativo, entre o que se pretende que seja a intervenção de um Presidente de Junta e a de um cidadão que está a falar de interesses próprios de empresas do Concelho. Acreditando que este comportamento tem propósitos pessoais considera que o ataque pessoal é banalizado e que as pessoas escondem a sua incompetência criticando os outros.



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 28.02.2019)

Prosseguindo e sobre Empresa Intermunicipal RSTJ respondeu à Bancada da CDU que o assunto está a ser analisado mas cobrança de taxas está contemplada no plano de viabilidade económico-financeira.. quanto ao quadro de pessoal não estão previstas reduções, haverá, logicamente, a manutenção de contratos que pressupõe a manutenção do quadro, sobre os trabalhadores cedidos pela Resitejo o Município, de momento, não tem trabalhadores nessa situação.

Interferido Rui Miguel Azevedo Martinho, Coligação Chamusca é o Meu Partido, afirmou não ter faltado ao respeito a ninguém, interrompendo o Senhor Presidente da Assembleia não consentiu que o Eleito prosseguisse.

ORDEM DO DIA

Documentos / Informação/ Conhecimento

2 – Relatório de Atividades do Executivo Municipal;

Usando da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve introdução ao documento, destacando a situação financeira e colocou-se à disposição, tal como ao restante executivo, para possíveis esclarecimentos.

Pela Bancada da CDU, José Joaquim de Jesus Brás apresentou o seguinte:

“Questão 1

O nosso concelho tem uma rede viária que serve os campos agrícolas e as florestas com cerca de 300 Km. Esta rede viária manteve-se em bom estado de conservação ao longo dos anos devido à manutenção e conservação realizada pelos serviços operacionais do município após cada época de chuvas e cheias e intensas, que contribuíam para a sua degradação. A rede viária presta um serviço fundamental para o trânsito local e regional nos campos e na floresta como ponto de passagem do nosso concelho para outras regiões

vizinhas. É fundamental mantê-la em bom estado de conservação, para continuar a prestar este serviço de qualidade nas acessibilidades ao concelho e de segurança e prevenção de acidentes dos seus utentes e viaturas. A economia concelhia e regional, depauperada pela interioridade, fica ainda mais fragilizada se deixarmos ao abandono e sem manutenção.

A nossa questão é saber qual o ponto da situação sobre a reparação e conservação da nossa rede viária quer no campo e na floresta, quer nas freguesias, que também se encontra em mau estado devido às chuvas deste outono/inverno?

Temos condições e constitui prioridade para o município melhorar o estado de conservação da nossa extensa rede viária, atendendo à sua importância acima referida?

Questão 2

Limpeza de terrenos e prevenção de fogos

As características agrícolas e florestais do nosso território são caminho fértil para os fogos, quando não são tomadas as medidas preventivas e feita a limpeza dos terrenos, tornando-os combustíveis favoráveis ao desenvolvimento rápido dos fogos.

Depois dos grandes fogos de má memória de 2003, e dos mais recentes 2017 e 2018, devido às condições de calor e humidade desfavoráveis, e falta de limpeza dos campos, das matas e de algumas florestas, que nós temos todos os anos esta preocupação com a limpeza de terrenos privados e municipais para evitar maiores danos materiais e humanos com o fogo.

Que medidas/procedimentos estão a ser tomados nesta matéria?

Tem havido articulação com a proteção civil, GNR e Associação de Bombeiros/corpo de intervenção para delinear as medidas mais assertivas para a prevenção e combate aos



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 28.02.2019)

intervenção fogos no nosso território? Qual o ponto da situação sobre a limpeza dos terrenos municipais?”

Nuno Jorge Lino Mira, PS, usou da palavra para referenciar alguns dados constantes do relatório, nomeadamente a recuperação financeira, iniciada no final de dois mil e treze, feita pelos Executivos liderados pelo Presidente Paulo Queimado e que permite a apresentação de números que os deixam orgulhosos. Focou, também, já se ver investimento de grandes montantes como é o caso do Centro Escolar.

Pela CDU, Maria Manuela Luz Marques questionou se estão previstos contratos de emprego-inserção, para quando e qual o número.

Abordando o Programa de Mentoria, no segundo e terceiro ciclo, perguntou quantos alunos, de momento, já estão integrados.

Sobre a CPCJ, tendo conhecimento de que estão a ser tomadas medidas de prevenção, indagou se já começaram, onde, quantas e que temáticas?

Continuando com a CPCJ, como tema, citou a contínua menção, no relatório de atividades, à funcionária e ao trabalho que desempenha o que não lhe parece de todo correto, tendo em conta que a Comissão não envolve só um trabalhador.

Ainda pela CDU José Joaquim de Jesus Braz, fazendo menção ao proferido pelo Eleito, Nuno Jorge Lino Mira, disse que este apenas tinha destacado a recuperação financeira, do Município, de dois mil e treze até ao presente, porém e por não haverem milagres considera justa e honesta a referência à assinatura, anterior ao mandato do Executivo PS, de uma candidatura ao PAEL (programa de apoio à economia local) de cerca de quatro milhões para o pagamento de dívidas, por oito anos, deduzindo-se daí que a recuperação do endividamento financeiro já existia.

Nuno Jorge Lino Mira, PS, retorquindo a observação do Eleito José Joaquim de Jesus Brás disse ser do conhecimento de todos que o PAEL é um instrumento de recuperação financeira criado para ajudar os municípios mais endividados do País a resolver a situação drástica em que se encontravam. A Chamusca esteve posicionada como um dos Municípios mais endividados porque quem esteve à frente dos seus desígnios gerou a dívida.

Não podendo deixar passar esta intervenção o Eleito José Joaquim de Jesus Brás evidenciando a ausência de obras de dois mil e treze até hoje apelou à honestidade admitindo que foram executados no Concelho equipamentos fundamentais dos quais toda a população usufrui e para quais foi necessário o endividamento, pois se não tivessem sido feitos há época hoje não existiriam devido à posterior crise económica.

Concedida a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por esclarecer que o valor do PAEL foi de quatro milhões trezentos e vinte e três mil oitocentos e trinta euros e dezassete cêntimos, não oito milhões conforme citado e serviram para pagar a fornecedores.

De momento estão por amortizar um milhão cento e dois mil quinhentos e setenta e seis euros e cinquenta e oito cêntimos e de juros quarenta e um mil novecentos e oitenta euros e cinquenta e um cêntimos, já estando pagos trezentos e cinco mil novecentos e noventa e cinco euros e doze cêntimos. Recorda que prevaleceu a proposta de redução do prazo para os oito anos por parte do PS e do PSD sobre a proposta de pagamento em doze anos da CDU, sendo que se esta última tivesse vingado haveriam ainda cerca de mais quatrocentos e oitenta mil euros para pagar. Deste modo ficou provado, durante os cinco anos, que para além de pagar o empréstimo ainda foi possível a recuperação financeira do Município.



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 28.02.2019)

Sobre a rodovia agrícola e florestal informou que existe um planeamento de manutenção que tem sido cumprido ao longo do ano com a manutenção das estradas agrícolas. Transmitiu que o atual regulamento, já comunicado às Associações de Agricultores, permite a aplicação de coimas ao desleixo na manutenção dos acessos às propriedades e à fuga de água das regas para as estradas.

Relativamente às estradas municipais de momento uma das prioridades é a intervenção na Estrada do Pereiro até ao Semideiro, estando a ser planeado remeter à Assembleia Municipal a aprovação de um empréstimo para a execução das obras dado tratar-se de uma operação grande que irá incluir taludes, escoamentos, passagens hidráulicas. Indicou, ainda, estar projetado a execução dos acessos à zona industrial de Ulme e do Semideiro. Acrescentou que nas estradas florestais e no âmbito da proteção da Floresta contra incêndios foi foram realizados cinquenta quilómetros de estradões.

Quanto à limpeza de terrenos tem sido tomadas todas as diligências, o plano operacional foi aprovado, pela Comissão Intermunicipal da Defesa Contra Incêndios, com todas as intervenções feitas em terrenos municipais e bermas. Dando continuidade ao assunto convidou todos os Eleitos a estarem presentes no dia oito de março, pelas nove horas, para assistirem à parada do contingente do GIP'S e da GNR dando-se assim o início da operação.

Transmitiu a existência de quinze quilómetros de faixas de interrupção de combustível, faltando apenas a limpeza de estradões e a desvitalização dos cepos dos eucaliptos nas faixas mais precisamente na envolvente e acesso ao Eco Parque do Relvão e à torre de vigia. Apelou para que as Juntas de Freguesias que ainda não formaram as unidades locais de proteção civil o façam com brevidade dado que no início da época tem que estar

em funcionamento. CDU, José Joaquim Jesus Brás agradeceu os esclarecimentos e participou ter saído um relatório, a nível nacional, que recomenda a proteção das zonas de atividades económicas, também existentes no Concelho que devem ser tidas em consideração, quer no Eco Parque quer nas zonas de atividades económicas. Respondendo o Senhor Presidente serem áreas consideradas e que estão em manutenção e limpeza.

Cumprimentando os presentes a Senhora Vice-presidente, respondendo ao colocado pela Eleita Maria Manuela Luz Marques, esclareceu ter havido a aprovação de cinco vagas para os contratos de inserção tendo já sido indicadas as pessoas, porém o processo é um pouco mais moroso devido à transição de ano.

Dentro do programa de mentoria existem oito alunos acompanhados e quatro sinalizados, o programa vai ser alargado fora do contexto escolar integrado no Gabinete para a Juventude.

Comunicou que ainda dentro da EMIC – Equipa Multidisciplinar de Intervenção Comunitária foi dinamizado o Programa de Educação Parental Positiva e Consciente destinado a pais do ensino pré-escolar, programas que têm como principais objetivos a promoção a competência social, emocional e académica das crianças, assim como prevenir e reduzir problemas de comportamento, de forma precoce e eficiente.

A nível da CPCJ acrescentou ter sido feita uma ação denominada “Uma Aventura na Terra dos Direitos” cujo propósito é a sensibilização para os direitos das crianças, disse, ainda, que o mês da prevenção dos maus tratos irá ser assinalado com diversas ações, que está programada uma conferência sobre o tema “Jovens hoje, pais amanhã” e uma ação intitulada “Mais uma pedra azul menos uma nódoa negra” também na área da sensibilização dos maus tratos às crianças e promoção do respeito pelos outros.



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 28.02.2019)

3- Contabilidade:

- a) *Declaração de pagamentos em atraso em 31/12/2018;*
- b) *Declaração e recebimentos em atraso em 31/12/2018;*
- c) *Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2018.*

Concedida a palavra o Senhor Presidente da Câmara fez uma breve introdução à matéria salientando a não existência de pagamentos em atraso a trinta e um de dezembro de dois mil e dezanove.

Referiu serem os valores dos recebimentos em atraso, à mesma data, de cento e sete mil novecentos e sessenta e um euros e vinte e dois cêntimos referentes sobretudo a rendas de habitações, mercados e feiras, refeições escolares entre outros.

Quanto aos compromissos plurianuais a trinta e um de dezembro de dois mil e dezanove apresentam os montantes globais de:

Ano 2019 – 2.886 619,21€

Ano 2020 – 1.153 608,39€

Ano 2021 – 1.379 591,89€

Seguintes – 194 849,10€

Colocando de seguida à disposição para possíveis esclarecimentos.

Nada surgindo o Senhor Presidente da Assembleia deu continuidade aos trabalhos, apresentando o ponto seguinte.

DOCUMENTOS / APROVAÇÃO

4 – Proposta de Revisão Orçamental – Apreciação e votação;

O Senhor Presidente da Câmara Municipal elucidou acerca da necessidade de abertura de uma nova rúbrica de receita relativa a ativos do subsolo e outra na despesa de ativos

incorpóreos. Explicou que o proposto é a transferência do saldo de gerência, do ano transato, no valor de dois milhões quatrocentos e catorze mil duzentos e setenta e dois euros e oitenta e oito cêntimos para o ano de dois mil e dezanove.

*Deste modo nada surgindo o ponto foi votado e **Aprovado**, por maioria, com quatro abstenções Bancada da CDU e dezasseis votos a favor dos elementos sobrantes.*

5 – Minuta de Contrato Interadministrativo para Delegação de Competências do Município da Chamusca para a União das Freguesias de Parreira e Chouto – Construção de Passeios – Apreciação e votação;

Referiu o Senhor Presidente da Câmara tratar-se da necessidade da construção de setecentos e cinquenta metros de passeio ao longo das Ruas 1º de Dezembro e 5 de Outubro, a Câmara considerou os valores aceitáveis pelo que submete à Assembleia Municipal a aprovação do presente contrato.

*Não havendo intervenções o contrato foi votado e **Aprovado** por unanimidade.*

6 – Adenda ao Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Chamusca e Freguesia da Carregueira – “Universidade Sénior” – Apreciação e votação;

Também neste ponto o Senhor Presidente da Câmara entreviu declarando tratar-se de um apoio às Juntas de Freguesia na formação praticada na Universidade Sensor sendo que após o cálculo surgiu um acréscimo de cento e oitenta e duas horas de formação ao contratualmente previsto com a Freguesia da Carregueira. -----

*Sem reservas a Adenda foi votada e **Aprovada** por unanimidade.*

7 – Adenda ao Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Chamusca e União das Freguesias de Chamusca e Pinheiro Grande – “Universidade Sénior” – Apreciação e votação;



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 28.02.2019)

À semelhança do ponto anterior também esta Adenda pretende colmatar um diferencial de duzentas e catorze horas de formação e uma adição de trinta e cinco formados na Universidade Sénior desta União de Freguesias.

*Adenda **Aprovada** por unanimidade sem qualquer tipo de intercessão.*

8 – Regulamento do Conselho Municipal de Segurança – Apreciação e votação.

Informada, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, que a constituição Conselho Municipal de Segurança requer um regulamento de funcionamento, daí esta submissão à Assembleia Municipal.

*Sem intervenções o referido regulamento foi **Aprovado** por unanimidade.*

O suporte digital encontrar-se, como habitualmente no Gabinete da Assembleia Municipal para eventuais consultas e continuará a servir de apoio à ata, pelo que há partes em que são apenas feitas referências sumárias das intervenções realizadas durante o decorrer dos trabalhos. O suporte digital desta sessão será denominado de Sessão Ordinária de fevereiro de 2019.

Nada mais surgindo o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, da qual se lavrou a presente Ata que, conjuntamente com os Senhor Presidente da Mesa passo a assinar.

Paio Luís Ferreira do Espírito Santo

